



## 50 ANOS DA PRESSUPOSIÇÃO NA SEMÂNTICA ARGUMENTATIVA: ANÁLISES DO FENÔMENO PRESSUPOSIONAL DE 1968 A 2018

JULIO CESAR MACHADO<sup>1</sup>

**RESUMO:** Este artigo tem como objeto de estudo o tratamento teórico do fenômeno da pressuposição. Seu objetivo é investigá-lo nos últimos 50 anos. Nossa metodologia é refletir tal objeto em dois momentos: na Teoria da Argumentação na Língua (anos 60 a 80), e na Teoria dos Blocos Semânticos (anos 90 até 2018), em textos parcialmente traduzidos. Nossa hipótese é a ressignificação da pressuposição. Um dos resultados obtidos é que tal revisão faz ver o confronto entre um modus operandi (que se acreditava) muito engessado em uma estrutura, para uma leitura (mais adequada aos originais) de um modus analítico capaz de perscrutar os semantismos implícitos da/na estrutura, só tangíveis por ela.

**Palavras-chave:** Pressuposição. Semântica Argumentativa. Estrutura.

**RÉSUMÉ:** Cet article a comme sujet d'étude « le traitement théorique du phénomène de présupposition ». Notre but est lui réfléchir dans les 50 dernières années. Notre méthodologie est refléter un tel objet en deux étapes: dans la Théorie de l'Argumentation dans la Langue (les années 60 jusqu'à 80), et la Théorie des Blocs Sémantiques (les années 90 jusqu'à 2018), dans des textes pas traduit encore. Notre hypothèse est la relecture de la présupposition. Un des résultats est que cet examen fait voir la confrontation entre un modus operandi (que si croyait) très plâtré dans une structure, vers une lecture (plus approprié à l'origine) d'un modus analytique capable de scruter les semantismes pas explicites dans la structure, et seulement tangible par elle.

**Mots-clés:** Présupposé. Sémantique Argumentatif. Structure.

### 1. DA NECESSIDADE CIENTÍFICA DE RELER OS ORIGINAIS PARA REDESCOBRIR O QUE SE PENSAVA SABER

A noção de pressuposição ducrotiana completou 50 anos (1968 a 2018). Ela jamais foi deixada de lado nos estudos ducrotianos. Este artigo põe relevo a esta importante noção que co-funda (juntamente com o articulador *mas*) a epistemologia do saber conhecido como Semântica Argumentativa.

Nosso trabalho reflete obras originais do fundador da pressuposição na Semântica Argumentativa e da co-fundadora dos estudos atuais desta noção, Dra. Marion Carel e Dr. Oswald Ducrot, que atualmente trabalham na École des Hautes Études en Sciences Sociales, em Paris, na França (EHESS). Em consonância com os trabalhos destes dois fundadores, este artigo constitui-se como um projeto de

---

<sup>1</sup> Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG), Belo Horizonte, MG, Brasil. [julio.machado@uemg.br](mailto:julio.machado@uemg.br), <https://orcid.org/0000-0003-0364-3370>

(re)descobrir a pressuposição<sup>2</sup> no interior da Semântica Argumentativa, o que acarreta, transversalmente, (re)pensar a desenvolvura da concepção teórica desta noção ao longo de seus mais ou menos cinquenta anos.

Neste contexto, pela máxima universal das Ciências da Linguagem, imperativa e insistente, de que “uma teoria nunca está terminada”, erigimos a nossa hipótese: a necessidade de uma re-leitura, e uma consequente ressignificação do Estruturalismo Enunciativo, iniciado por Oswald Ducrot.

De princípio, colocamos relevo no fato de que que todo clássico tornou-se já uma leitura cristalizada, antes mesmo de ser lido. A Semântica Argumentativa é um clássico, e por isso, já tem suas várias “vestes semânticas” clássicas (leituras pré-dadas), que escondem as linhas de sua silhueta, sutilezas só acessíveis por observações cuidadosas e sem apud<sup>3</sup>, por leituras atentas dos originais. O não-apud, ou o foco nos originais constitui-se, portanto, nossa principal metodologia para esta pesquisa.

Assim, de partida, para a (res)significação do fenômeno da pressuposição assumimos um modo mais refinado de se ler o estruturalismo ducrotiano, já que tal revisão em cinco décadas estabelece o confronto entre um *modus operandi* (que se acreditava) demasiadamente engessado em uma estrutura, abordagem ducrotiana que rejeitamos inicialmente, para assumir uma leitura (mais adequada aos originais) de um *modus analítico* capaz de perscrutar os semantismos não explícitos na estrutura, mas só tangíveis por meio dela. Esta última é, aliás, a *maximus* hipótese da pressuposição, como ensina Ducrot (1984b, p. 394): “o sentido < explícito > [...] constitui apenas um nível da semântica das línguas naturais, sob o qual se podem dissimular vários estratos de significações < implícitas >. É sobre este plural “vários outros estratos de significações” que este artigo se debruça: o que há, veremos, são pressuposições, e não pressuposição. Refinamento que comumente escapa a vários apud brasileiros sobre Ducrot.

## 2. METODOLOGIA

Reler um clássico é evitar certos sentidos e produzir outros. Eis nosso eixo metodológico basal. O uso dos originais franceses nos permite evitar “leituras de leituras”, e assim, podemos acentuar certas dinâmicas que desconstruem leituras limitadas da Semântica Argumentativa. O rigor deste método estabelece

---

<sup>2</sup> Agradecemos, nesta ocasião oportuna, à professora Dra. Marion Carel, pelas várias reuniões que tivemos para refletirmos e debatermos a Semântica Argumentativa. Momentos estes que motivaram em grande parte a realização desta pesquisa.

<sup>3</sup> Por *apud* entendemos o processo de leitura “já-dado por um autor”, às vezes antes mesmo do acesso ao original. É o efeito semântico do *apud* que nos interessa: a compreensão-resumo de um autor por outro autor, ou de uma obra por outra obra. Todo *apud* é argumento para o seguinte fenômeno: qualquer autor pode ser tanto super-apreciado ou super-criticado por vias de *apud*s. Por isso, enquanto critério científico de exigência e autenticidade, preferimos tomar os originais de Ducrot e Carel aqui diretamente, distanciando e evitando leituras de outros autores sobre eles. Por este gesto, esperamos desconstruir várias leituras menos profundas de Ducrot no Brasil, como também trabalhar a pressuposição em consonância com o grupo de Ducrot e Carel, em Paris.

procedimentos qualitativos-analíticos “anti-rótulo”, já que todo clássico engessa certas leituras: às vezes de forma positiva (supervalorizando certa teoria), e às vezes de modo negativo (limitando certa teoria). Tanto em uma quanto na outra, as leituras engessadas não são produtivas, porque perpetuam um pré-arranjo, quase sempre limitador, e conduz a não-investigação dos originais, o afastamento do raciocínio dos autores. O método do não-apud, aqui, promove sentidos de redescobertas. Só assim atingiremos nosso objetivo de perceber que a pressuposição vai além do que dizem muitos manuais.

Assim, uma pesquisa nesta linha, que relê o clássico para abandonar certos sentidos e produzir outros é fundamental porque certa teoria, em Linguística, precisa ser (re)pensada o tempo todo, evitando rótulos teóricos.

Como temos dito (MACHADO, 2017, p. 1938), nosso critério de método supõe um semanticista ou linguista que, ao interessar-se pela argumentação na língua, deve se disciplinar em estudos constantes de atualização (textos recentes), tradução (textos que só circulam na França), e leituras por pares (versão atualizada + versão anterior), para produzir uma sintonia satisfatória entre conhecimentos e procedimentos exigidos pela Teoria dos Blocos Semânticos e as preocupações da Linguística, da Semântica e, especificamente, dos estudos enunciativos da Argumentação.

Deste modo, proporemos investigar os estudos sobre a pressuposição em dois momentos teóricos da Semântica Argumentativa: primeira elaboração da pressuposição (entre as décadas de 60 a 80); e segunda elaboração da pressuposição (mais ou menos entre os anos 90 a 2018): a pressuposição na transição da *Argumentação na Língua* (ANL) para a *Teoria dos Blocos Semânticos* (TBS), que engloba questões intertextuais, e por isso extratextuais. Em estudos desta segunda elaboração (por volta de 2012 a 2018) o fenômeno da pressuposição contém reelaborações interessantes por dispor da possibilidade de apreensão de historicidades semânticas mais distantes.

### 3. PRIMEIRA ELABORAÇÃO: A PRESSUPOSIÇÃO NA ANL

Para este trabalho, mensuraremos a idade dos trabalhos sobre a pressuposição mais ou menos pelas publicações sobre a mesma. Assim, a primeira publicação ducrotiana sobre a pressuposição aparece em *Le Structuralisme en Linguistique* (DUCROT, 1968). Não é objeto deste trabalho uma abordagem quantitativa da noção, mas uma apreciação dos modos como o fenômeno pressuposicional é flagrado ao longo de seus 50 anos. Sendo assim, é relevante marcar que do final dos anos sessenta até os anos oitenta, principalmente, a Semântica Argumentativa dedicou-se aos estudos de dois implícitos: foram várias elaborações e reelaborações do par pressuposto/subentendido<sup>4</sup>. Ducrot chegou a dizer que pensou ter resolvido todos os problemas da língua pelo estudo do pressuposto (DUCROT,

---

<sup>4</sup> Para um aprofundamento desta etapa que aqui chamamos primeiros momentos de reflexões sobre a pressuposição, indicamos a excelente pesquisa de Ventura (2006): “A poesia em Ducrot”.

2013, p. 11). Grande parte destes estudos foram condensados na obra *Dire et ne pas dire* (DUCROT, 1972), onde Ducrot apresentou a discussão sobre *pressuposto* e *subentendido*. Passemos a refletir este par.

### 3.1 O pressuposto

O estudo da pressuposição ducrotiana começa já em meados dos anos 60, e parte de fatos exemplos, como alguns dos mencionados abaixo (DUCROT, 1972, p. 57, tradução nossa):

1. *Jacques duvida que Marcelo virá.* Pressupõe: 1'. Marcelo virá.
2. *Jacques ainda detesta Marcelo.* Pressupõe: 2'. Jacques detestou Marcelo outrora.
3. *Se Jacques tivesse um carro, ele partiria.* Pressupõe: 3'. Jacques não tem carro atualmente.

Inicialmente, Ducrot trabalha os pressupostos observando que, basicamente, um implícito rege que um enunciado (1) posto está sempre *encadeado* a um outro enunciado (2) pressuposto. Para Ducrot (1989, p. 66), a questão para estes primeiros momentos teóricos, da ANL, era entender em que medida este pressuposto está na língua, e não fora dela, quando se fala em estudos enunciativos, e não em Lógica<sup>5</sup>.

Os implícitos (pressuposto/subentendido) têm suas bases na Lógica, e trata-se, a princípio, da antiga ideia de “inferência lógica” retomada por Ducrot em um formato enunciativo-argumentativo. Obviamente lógica e ANL não perfazem as mesmas relações, mas, longe de serem a mesma coisa, Ducrot apenas assume o fato de que, tal como o faz a inferência lógica: “Existe, entre certos enunciados da linguagem ordinária, relações de inferência, tais que, se admitimos umas, somos forçados a admitir outras” (DUCROT, 1989, p. 66, tradução nossa). E exemplifica: o enunciado “*Alguns homens são maus*” deve admitir “*Alguns seres maus são homens*” de modo mais óbvio, como também observa que a afirmação “*O barômetro baixou*” está atrelado à conclusão “*Há boas chances de chover*”.

Inicialmente, passemos a abordar a ideia de *pressuposto*. Para Ducrot, a pressuposição é ela mesma uma regra inscrita na língua (DUCROT, 1972, p. 49). E essa regra é básica: no âmbito da significação (frase), um posto sempre está ligado a um pressuposto. Uma significação explícita supõe uma significação implícita. Por exemplo, como temos dito (MACHADO, 2015, p. 58), o enunciado paradoxal

4. “*Eu detesto ser bipolar; é maravilhoso!*”

---

<sup>5</sup> O leitor atento do acervo ducrotiano perceberá que, ao longo de sua carreira, é comum que Ducrot tenha realizado suas reflexões e análises partindo do saber científico da Lógica (metalinguagens, sinais, máximas e práticas da Lógica) para logo em seguida afastar-se e criticar as abordagens semânticas da Lógica. Logo, estão equivocados artigos e manuais semânticos que afirmam seguramente que Ducrot é um pensador da Lógica, ou que seus estudos se filiam à ciência Lógica.

Pressupõe “Eu tenho bipolaridade”. Gostar ou detestar (da bipolaridade) não nega a significação atrelada a estes elementos frásticos (ser bipolar).

Porém, mesmo que o pressuposto seja uma regra da língua, ele está ofuscado por problemas próprios da frase (a sintaxe, a homonímia, a falta de contexto etc), como por exemplo, a ambiguidade apresentada por Ducrot (1972, p. 233, tradução nossa) no enunciado:

##### 5. “*Jacques encontrou o seu carro incendiado*”

Que tanto pode pressupor “Jacques tinha um carro incendiado” (ele já era incendiado), quanto pode pressupor: “Jacques tinha um carro” (que quando encontrado, estava na condição de incendiado). Mesmo que o verbo “encontrar” introduza o pressuposto de “já possuir”, o verbo “incendiar” pode levar à oscilação da significação: epíteto ou atributo (DUCROT, 1972, p. 233). Uma nuance que escapa a muitos manuais é que, como fica claro nestes exemplos, mesmo no âmbito da frase, o jogo do pressuposto pode ser inexato, e reclamar o olhar do intérprete. Vejamos esta inexatidão também em outro exemplo ducrotiano:

##### 6. Fui à Alemanha com Pedro.

A necessidade de interpretação da pressuposição nesta frase é tal que ela “pode ser utilizada tanto em contextos nos quais o locutor anuncia que não foi à Alemanha (enquanto Pedro foi), quanto em contextos nos quais anuncia que, quando foi à Alemanha, não viajou com Pedro” (DUCROT, 1987, p. 38).

Isso marca a máxima de que a língua é ambígua por si mesma, nos dizeres ducrotianos, isto é, a língua não é transparente, no sentido de que as significações da frase não são/estão engessadas, como pretende a ideia da dicionarização tradicional. Não é só o uso da língua (dimensão enunciativa) que produz multiplicidade de sentidos, também o não-uso da língua (dimensão frástica) é por si só ambíguo, semanticamente falando. A ambiguidade da frase pode revelar vários pressupostos, e não apenas um pressuposto. Por isso Ducrot afirma que sua teoria é uma teoria de interpretação da língua.

Neste primeiro momento dos estudos pressuposicionais, nos primórdios da ANL, Ducrot sugeriu trabalhar pressuposições oriundas de ambiguidades de frases pelo procedimento de *encadeamento* (uma continuidade).

No caso do enunciado 6 acima, pode-se observar como a noção de encadeamento (continuação) orienta a evolução interpretativa da pressuposição para direções diferentes, como mostra Ducrot (1987, p. 38-39): no Enunciado “*Fui à Alemanha com Pedro*” pode-se colocar o foco tanto no que Pedro viu e fez na Alemanha, quanto no que o eu-enunciante viu e fez na Alemanha. No primeiro caso (o que *Pedro* fez), o posto pode ser “levei Pedro” e o pressuposto é “minha viagem à Alemanha”; No segundo caso (o que *eu* fiz), o posto pode ser “acompanhei Pedro”, e o pressuposto é “a viagem de Pedro à Alemanha”. De partida, percebe-se que a pressuposição é de alguma forma inerente ao câmbio

de interpretação (especificidade que também escapa a muitos trabalhos sobre pressuposição).

Assim, Ducrot apresenta que uma única frase, vista com mais cuidado, tem mais de uma pressuposição (nuance que escapa a muitos textos sobre a pressuposição). Pois, como vimos, o mecanismo de mutação semântica de posto/pressuposto centra-se prioritariamente no locutor interpretante. Mesmo no âmbito estruturalista, as significações de posto e pressuposto podem oscilar. Nada é engessado no semantismo da frase, porque esta ambiguidade semântica está na língua.

Ducrot debruça-se sobre um tratamento analítico que valoriza a riqueza ambígua na língua, e não sobre tentativas de desfazer tais ambiguidades. Portanto, ao menos para a ANL, o encadeamento é a noção que permite operar ambiguidades da significação e do sentido, jamais estancado, sempre interpretado, e respaldados em pressuposições indesejáveis. O leitor de Ducrot precisa compreender que o estruturalismo não é inimigo da interpretação, ao contrário, é determinado pela interpretação que se respalda em pressuposições.

### 3.2 O subentendido

Passemos agora a apresentar o par do pressuposto, o *subentendido*. Como temos dito (MACHADO, 2015, p. 60), ao contrário do pressuposto, o subentendido não está marcado na frase. O subentendido, sendo observável na frase, não está na frase, e “pertence ao sentido sem estar antecipado ou prefigurado na significação” (DUCROT, 1987, p. 32). Sua relação é com o enunciado (a língua em uso), e não com a frase (a língua fora de uso). Faz parte do enunciado, está ligado a condições situacionais que levam o locutor a dizer alguma coisa. Por exemplo, no enunciado “*Eu detesto ser bipolar; é maravilhoso!*” podemos flagrar o subentendido: “mudo de opinião com frequência” etc. Ducrot vai marcar a diferença entre pressuposto e subentendido assim: “Para mim, a pressuposição é parte integrante do sentido dos enunciados. O subentendido, por sua vez, diz respeito à maneira pela qual esse sentido deve ser decifrado pelo destinatário” (DUCROT, 1987, p. 41). Dito de outro modo, falar em subentendido em vias estruturalistas ducrotianas é aceitar que o sentido é responsabilidade do locutor e co-responsabilidade do destinatário, ambos vislumbrados no enunciado e suas continuidades: “o locutor apresenta sua fala como um enigma que o destinatário deve resolver” (DUCROT, 1987, p. 42).

Não é difícil compreender que o critério básico do estudo dos implícitos é que o par pressuposição/subentendido corresponde ao par frase/enunciado, respectivamente:

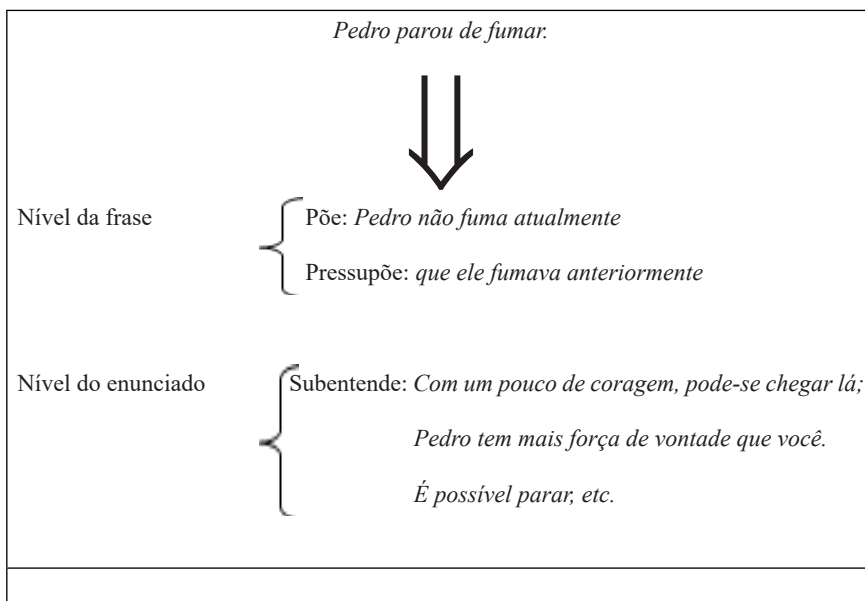
Quadro 1. (MACHADO, 2015, p. 61) - Elaboração da dimensão “língua/fala” na ANL

Língua	Fala
Frase	Enunciado
Significação	Sentido
<b>Pressuposto</b>	<b>Subentendido</b>

Embora a disposição do quadro contenha duas colunas, a ANL vale-se da ideia de “relação” e “equilíbrio” (DUCROT, 2013, p. 10), as colunas servem apenas de ilustração das duas faces da linguagem, língua e fala, nunca isolamento: “a distinção das duas noções não impede que haja um ponto comum ao pressuposto e ao subentendido” (DUCROT, 1987, p. 42).

Para ilustrar melhor o mérito dos implícitos (metodologicamente pressuposto e subentendido), Ducrot (1987, p. 31) propõe a seguinte micro-análise:

Quadro 2. (MACHADO, 2015, p. 62) - pressuposto e subentendido em “Pedro parou de fumar”



Baseando-se nos estudos tradicionais de inferências lógicas, Ducrot não assume tais mecanismos de inferência da lógica, mas à luz deles, desenvolve certas relações implícitas do uso da língua, ocorrendo nas minúcias da situação, podendo “por” materialmente uma estrutura e “subentender” enunciativamente outra.

Pelo par de implícitos, temos o refinamento de poder dizer que algo não está dito (explicitamente), mas faz sentido (implicitamente). Ou pelos termos técnicos, o sentido é de tal modo dinâmico e não linear, que o enunciado significa explicitamente e faz sentido implicitamente.

Por outro lado, poder-se-ia refutar: qualquer enunciado pode ser um subentendido? Melhor elaborando a questão: qualquer enunciado (2) poderia ser

um subentendido de um enunciado primeiro (1), já que o sentido pode escapar ao compromisso estrutural da frase, já que o implícito rompe a barreira sintática da significação, e já que a significação pode ser ofuscada pela ambiguidade própria da língua, como mostrou Ducrot? A resposta é não, porque a relação de *encadeamento* entre pressuposto/subentendido está determinada pela situação. O critério da escolha do subentendido será dado pelas condições de possibilidade da enunciação: “Essa situação do subentendido se explica pelo processo interpretativo do qual ele provém. [...] é bem evidente que só pode aparecer no momento dessa enunciação, e que conseqüentemente depende do próprio enunciado” (DUCROT, 1987, p. 32).

Deste modo, temos um grande passo decisivo nesta primeira fase de estudos da pressuposição: ao considerar enunciados implícitos conclamados por enunciados explícitos, Ducrot deu à noção de relação uma particularidade de *encadeamento*. Ou seja, Ducrot eleva os estudos da ANL a uma condição: investigam-se as significâncias por *encadeamento(s)*. Encadear é examinar dados argumentativos que significam indiretamente (implícitos), a partir de elementos dados diretamente (explícitos).

Considerar um encadeamento (os elos de uma corrente interligados) nos procedimentos de análise significa entender que todo enunciado, que é um acontecimento inédito (DUCROT, 1987, p. 168), faz ressoar um “eco” de elementos signícos. Significa entender que o enunciado nunca está só, *continua* por um fio semântico que o liga a outros enunciados.

Para por à prova a relação contínua do encadeamento, Ducrot (1972, p. 58) retoma as máximas de afirmar que basta expor o enunciado à negação ou à interrogação para observar que o conteúdo do pressuposto se mantém intacto: “os pressupostos de uma asserção são conservados quando essa asserção é transformada em negação ou interrogação” (DUCROT, 1987, p. 33). Por exemplo, a negativa: “Pedro *não* parou de fumar” ainda pressupõe que ele fumava anteriormente, e a interrogativa: “Pedro parou de fumar?” também não muda em nada o mesmo pressuposto de que fumava antes.

Como se vê, assumir o postulado *mor* da ANL – a argumentação está na língua, daí o nome, Argumentação NA Língua – não significa que falamos de uma língua no sentido de “limitada”, “apenas como “concatenação de letras e palavras ordenadas”, “pobre” (por pobre, entenda-se restrita a ações sociais mais nobres), ou um processo de início de língua primitiva, restrita a um pequeno grupo de signos (AUROUX, 2001, p. 58). A língua é tal que ela é argumento, e argumenta. O estruturalismo, por esta perspectiva, não se trata de letras organizacionais em palavras ou frases, mas se trata de formas carregadas de argumentações ou com funcionamento de argumentação, porque a língua é um sistema argumentativo. Não importa o arranjo ou rearranjo da disposição da estrutura, as formas em si e por si significam e desdobram-se em orientações e pressuposições no constante jogo próprio da linguagem: o explícito que revela o implícito, de modos incontáveis: óbvios, criativos, esperados ou inesperados.

A estrutura (que é argumento e que sempre argumenta), tal como ela seja ou qual ela seja, não pode ser subestimada no tocante às discussões semânticas.



Uma leitura cuidadosa dos originais ducrotianos fazem ver que a pressuposição se insere no jogo do arcabouço teórico-estrutural da ANL, o qual evidencia que não existe linearidade ou transparência semânticas, sendo que a frase é uma noção teórica que dará pistas para observar e explicar o complexo processo dos sentidos que culminará na explicação das significações, já que “o próprio da linguagem é antes de tudo significar” (BENVENISTE, 1974, p. 217, tradução nossa).

Nesta primeira fase da ANL, uma língua (qualquer, não importa sua estrutura) possui uma natureza de encadeamento. Língua não é radicalmente emissão/recepção de mensagem, língua é, antes de tudo, um jogo de encadeamentos. As questões significantes produzir-se-ão marcadas ou não, levando-nos a observar inevitavelmente que uma continuação, um encadeamento, uma “resposta” ao que foi dito, está inscrito na sistemática da linguagem, balizado pela interpretação. Não de modo informacional, não gramatical-normativo, mas em outro nível, um nível argumentativo: todo enunciado continua! É a contribuição da noção de encadeamento. Como bem observa Ducrot: “O valor argumentativo de uma palavra é por definição a orientação que essa palavra dá ao discurso” (DUCROT, 1990, p. 51, tradução nossa).

#### 4. SEGUNDA ELABORAÇÃO: A PRESSUPOSIÇÃO NA TBS

Se na primeira fase da ANL, os estudos da pressuposição concentravam-se em uma metodologia de encadeamento, nesta segunda fase da TBS, as reflexões pressuposicionais inscrevem-se em uma metodologia de aspectos argumentativos.

Basicamente, esta segunda fase constrói a grande hipótese e lema da TBS: *todo enunciado é parafraseável por um encadeamento do tipo normativo (portanto) ou do tipo transgressivo (no entanto)* (CAREL; DUCROT, 2014, p. 78, tradução nossa). Por exemplo, como explica Ducrot (2009, p. 22), analisar semanticamente a expressão “depressa demais” é observar sua relação com a expressão “risco de sofrer acidente”. A relação entre estas duas expressões é um *aspecto argumentativo*: [DEPRESSA DEMAIS PORTANTO RISCO DE SOFRER ACIDENTE]. E todo aspecto impõe uma decisão semântica: se a relação entre expressões for realizada pelo conector *portanto*, ela é chamada de *argumentação normativa*. Obviamente toda norma prevê sua transgressão, e se caso a significação entre as duas expressões seja o oposto da normativa, será ilustrada por *no entanto*, e será chamada de *argumentação transgressiva*. Acima, ao se pensar a expressão “depressa demais” na relação com “não sofrer acidente”, produz-se um movimento semântico transgressivo, ilustrado pelo aspecto: [DEPRESSA DEMAIS NO ENTANTO NEG-RISCO DE SOFRER ACIDENTE].

Assim, a radicalidade da TBS que se buscou consolidar nesta fase advém da hipótese da *interdependência*: toda palavra instaura relação, e relação argumentativa: em uma relação entre duas palavras “X conector Y”, a significância é a inseparabilidade entre essas duas palavras.

Nesta segunda fase dos estudos do fenômeno da pressuposição, queremos marcar dois momentos de elaboração teórica: um primeiro par intitulado

*pressuposto semântico/pressuposto intertextual* (prévia da disposição atual), e o segundo par, versão recente, intitulado: *pressuposto argumentativo/pressuposto co-significado*. Vejamos um e outro.

#### 4.1 A relação pressuposto semântico/pressuposto intertextual

No primeiro momento de reformulação, vimos acima que o enunciado *Pedro parou de fumar*, pelas lentes da atualização polifônica, deixa de fazer co-existir dois conteúdos, tradicionalmente um pressuposto e outro posto ([fumava antes] e [agora não fuma]), e assume um único sentido ([*Pedro-parou-de-fumar-PT-ele-fumava-antes*]). Contudo, neste primeiro momento é perceptível que a concepção de pressuposição enquanto conteúdo disjunto do posto não caiu na extinção. Para Carel (2011, p. 29) o pressuposto polifônico (de dois conteúdos) existe, embora seja mais raro do que supunha Ducrot (1972; 1987). Começemos pela predisposição geral:

[...] existem duas formas de pressuposição: uma pressuposição argumentativa (a do exemplo *Pedro parou de dormir*), que não é fonte de nenhuma polifonia, e uma pressuposição polifônica (a do exemplo *a horrível visão se apagou*), que acrescenta ao conteúdo principal um segundo conteúdo de plano de fundo. A polifonia semântica existe mas de modo menos amplo do que supunha Ducrot (CAREL, 2011, p. 30, tradução nossa).

Como se viu, temos duas pressuposições que acarretam dois tipos de polifonia. A polifonia semântica mostra-se pelo *pressuposto argumentativo*. Ou seja: há pressuposto, mas não há polifonia (no sentido da disjunção entre posto e pressuposto). Aqui se trata da interdependência [posto + pressuposto]. Vejamos esta aplicação em um trecho da obra de Frankenstein, do original de Mary Shelley (2007). Quando Victor Frankenstein, horrorizado pelo monstro que havia criado, retira-se para o refúgio de seu quarto e tenta dormir:

[...] Incapaz de suportar a aparência do ser que concebi, atirei-me para fora do recinto e permaneci por um longo tempo rodeando minha cama nos meus aposentos [...] Uma larga lassidão sucedeu ao tumulto que eu havia padecido; e mergulhei-me no leito com minhas vestes, esforçando-me para gozar de alguns minutos de esquecimento. Eu dormi, de fato, mas fui perturbado pelos pesadelos mais selvagens. [...] Eu contemplei o desgraçado – o miserável monstro que eu havia criado. [...] E seus olhos, se é que podem ser chamados de olhos, estavam adsorvidos em mim [...] Uma das mãos estava estendida, aparentemente para me deter, mas eu escapei, e apressei-me para as escadas. [...] A manhã, sombria e úmida, alvorou com largueza e desvelou, para minha insônia e dor nos olhos, a igreja de Ingolstadt (SHELLEY, 2007, p. 60, tradução nossa).

Neste trecho que descreve a noite mal dormida e atormentada por pesadelos de Dr. Frankenstein, é significável [MANHÃ DC ACORDAR]. De alguma forma é possível asseverar que um dos sentidos de *acordar* é “parar de dormir”. O que nos autoriza a paráfrase:

#### 8. *Frankenstein parou de dormir*<sup>6</sup>.

---

<sup>6</sup> Na esteira de “Pedro parou de dormir”, em Carel, 2011, p. 29.

Fica mantida neste novo formato, a “prova da negação e da interrogação”. O pressuposto [Frankenstein dormia] “sobrevive” à negação (Frankenstein não parou de dormir) e à interrogação do enunciado (Frankenstein parou de dormir?).

Carel concorda com Russell sobre o fato de que pressuposto e posto estão fundidos em um só conteúdo, mas se separa dele quando Russell propõe uma conjunção lógica *e* entre eles, que muda a dinâmica da análise. Ela vai entender que pressuposto e posto são argumentativamente ligados por DC (abreviação de portanto) ou PT (abreviação de no entanto). No caso acima temos algo como o encadeamento “estar-acordado-apesar-de-seu-estado-de-sono-anterior” (CAREL, 2011c, p. 29, tradução nossa), que expressa algo como: [NEG-DORMIR AGORA PT DORMIR ANTES]. Vejamos este refinamento de reelaboração nos dois novos pares.

#### 4.1.1 O pressuposto semântico

Por pressuposto semântico, entenderemos uma significância de *passagem*, obtida pela interdependência entre [posto CONN pressuposto] ou [pressuposto CONN posto]<sup>7</sup>:

[...] parar de dormir não consiste em ter dormido antes e em, por outro lado, não dormir agora. [...] O locutor de *Pedro parou de dormir*, pelo próprio emprego de *parar*, afirma uma mudança, isto é, uma *passagem* de um estado a outro estado, e não a existência de dois estados. Para ele, Pedro não está dormindo *enquanto* ele dormia antes: Pedro está acordado apesar de seu estado de sono anterior. **O pressuposto e o posto são ligados e formam, não dois predicados lógicos independentes, afirmados separadamente, mas um único predicado argumentativo estar-acordado-apesar-de-seu-estado-de-sono-anterior** (CAREL, 2011, p. 29, tradução nossa).

No excerto acima, podemos elucidar esta nova noção de pressuposto semântico (ou argumentativo), formulável por [pressuposto CONN posto], nos seguintes enunciados:

9. “Incapaz de suportar a aparência do ser que concebi”

Paráfrase: *Frankenstein considera a criatura horrível*.

Pressuposto: alguns podem considerar que a criatura não é horrível (como ele mesmo, antes).

Encadeamento: [considerar-a-criatura-horrível-embora-alguns-considerem-o-contrário]

Aspecto:

[HÁ QUEM CONSIDERE A CRIATURA BELA PT FRANKENSTEIN CONSIDERA A CRIATURA HORRÍVEL]

---

<sup>7</sup> Em um primeiro momento, como Carel (2011), utiliza-se a notação [posto CONN pressuposto]; atualmente, como em Carel (2016), usa-se a notação [pressuposto CONN posto]. Isto nos permite pensar que a escolha por localizar posto e pressuposto no suporte (primeiro elemento do encadeamento) ou no aporte (segundo elemento do encadeamento) é uma preferência técnica do analista, conforme seu planejamento de análise.

10. “Eu contemplei o desgraçado – o miserável monstro que eu havia criado. E seus olhos, se é que podem ser chamados de olhos, estavam adsorvidos em mim. Sua mandíbula se abriu e ele murmurou alguns sons inarticulados, enquanto um sorriso franziu sua face”

Paráfrase: *Frankenstein viu sua criação olhar, mover-se e murmurar.*

Pressuposto: a criatura estava viva

Encadeamento: [a-criatura-olha-move-se-e-murmura-porque-ela-estava-viva]

Aspecto: [ESTAR VIVO DC PODER OLHAR, MOVER-SE E MURMURAR]

Obviamente, um desmembramento do trecho acima prevê vários outros pressupostos, como em: “Eu contemplei” que pressupõe [ele tem a capacidade de ver, portanto ele contemplou]; como em “seus olhos estavam adsorvidos em mim” que pressupõe [há algo que chama a atenção no objeto observado, portanto ele é observado]; e em “um sorriso franziu sua face” que pressupõe [querer demonstrar uma emoção positiva, portanto sorrir] (mesmo que haja muitos outros sentidos para o riso, esta significação impera como um pressuposto clássico). Dentre outros.

Esta riqueza do fenômeno pressuposicional, na língua, faz ver uma máxima: o pressuposto semântico, ou argumentativo, está tanto no nível lexical quanto frasal, e até textual. Em nosso caso, acima, elegemos um pressuposto semântico frasal para justificar uma direção de análise (pois é o objetivo de análise que determina os procedimentos e direções obtidas pelas noções mobilizadas).

Apenas para extrapolar o excerto acima, e explorar a riqueza da pressuposição semântica, ou argumentativa, é ilustrável, dentre outros tantos pressupostos indesejáveis nas significações das palavras e frases: “atirei-me” (portanto posso me mexer, e portanto posso me mexer rápido), “fora do recinto” (portanto estava dentro de um recinto), “meus aposentos” (portanto disponho de um quarto), “rodear a cama” (no entanto a cama seja para dormir), “mergulhar no leito” (portanto não se quer ater a preliminares oníricas, como ajeitar travesseiro, se cobrir, fechar a janela, apagar a luz, etc), “mergulhar no leito com minhas vestes” (no entanto não se está adequadamente preparado para dormir, com um pijama, por exemplo), “dormir, de fato” (portanto não se está em condições conscientes, ou está indefeso), “dor nos olhos” (portanto a noite foi difícil, houve insônia, inquietações etc) e “ver a Igreja de Ingolstadt” (portanto observa-se paisagens fora de casa, e portanto não se está em território português, ou espanhol, ou francês, dentre outros, devido ao nome da igreja, e em grau mais largo, portanto havia ou há certa religiosidade na localidade)<sup>8</sup>.

Enfim, para Carel, estes pressupostos são de origem lexical. Ela dirá que eles parecem ser sempre argumentativos porque em todos eles nota-se um padrão de fórmula própria, do pressuposto semântico: *ser-Q-embora-ser-P* (casos em PT) ou *ser-Q-porque-ser-P* (casos em DC). O emprego desta fórmula “[...] permite ao locutor dizer que aquilo de que ele fala é ao mesmo tempo P e Q, mas o pressuposto *isso é P* é então fundido ao posto *isso é Q*, de modo que finalmente um único conteúdo é comunicado” (CAREL, 2011, p. 29, tradução nossa).

---

<sup>8</sup> É de alguma forma ofuscado, muitas vezes, estudos interessantíssimos sobre a pressuposição na esteira dos exemplos aqui dados, tal qual na obra: *La preuve et le dire* (DUCROT, 1973).

### 4.1.2 O pressuposto intertextual

Por outro lado, temos o *pressuposto intertextual* (a polifonia intertextual), próxima de Bakhtin, no sentido em que se considera a relação de “outro” discurso que afeta e interfere nos sentidos do discurso em análise. Aspeamos “outro” para assumirmos a noção teórica de Bakhtin, enquanto necessidade de um dado alheio e independente (outro discurso) para a constitutividade do dado em apropriação (discurso em análise). No caso da Teoria da Argumentação Polifônica (ou ao menos no modo de analisar de Carel), essa relação eu-outro não será tão aberta nem condição necessária, mas apenas possível.

Se a pressuposição semântica mostra-se pela *junção entre pressuposto e posto*, inseparáveis em um único aspecto [pressuposto + posto], a pressuposição intertextual mostra-se pela *separação entre posto e pressuposto*, separáveis em dois aspectos [pressuposto] + [posto]. Assim, o que funda o conceito de pressuposição intertextual é a disjunção entre posto e pressuposto. A pressuposição semântica trata da interdependência de significâncias [posto + pressuposto], enquanto a pressuposição intertextual trata da independência de significâncias [posto] + [pressuposto]. Passemos a vislumbrar este arrazoado teórico em análises.

Consideremos o enunciado “Incapaz de suportar a aparência do ser que concebi, atirei-me para fora do recinto”. Sair do recinto significa excluir o conteúdo [ver a criatura]. Já no seu quarto, Frankenstein não é atormentado pelos sentidos estéticos horrendos da criatura animada. Que podemos parafrasear, conforme Carel (2011, p. 29, tradução nossa), por:

#### 11. *A horrível visão se apagou.*

Temos aí um posto [a visão se apagou] e um pressuposto [a visão era horrível] que funcionam independentes. Carel (2011, p. 29, tradução nossa) explica que neste caso “não é necessário supor que a visão era horrível para que haja um sentido em dizer que ela se apagou”. O julgamento principal e predominante do enunciado é nitidamente [a visão se apagou], diferente daqueles enunciados que significam um todo, uma passagem, como “Pedro parou de dormir”. Temos aí um segundo conteúdo que se acrescenta ao conteúdo principal. Um enunciado com dois conteúdos.

Façamos um paralelo: qual seria a relação entre “Pedro parou de dormir” e “A horrível visão se apagou”? Marcamos uma semelhança nos dois: em ambos há um pressuposto, um sentido ladeado ao posto; e marcamos uma diferença entre os dois: são pressupostos de natureza distinta. No primeiro caso esse pressuposto é dependente do sentido total do enunciado, e no segundo caso é independente do sentido total do enunciado. Isso define bem a pressuposição intertextual: ela “trata de conteúdos que o locutor faz ouvir sem por isso tomar posição em relação a eles” (CAREL, 2011, p. 31 tradução nossa).

Retomando o molde antigo de Ducrot (1987), no primeiro caso o locutor “assume” a responsabilidade do pressuposto. No segundo caso, não. E isso marca também a designação das duas noções: conforme Carel, a pressuposição

semântica estuda a responsabilidade que o locutor tem com os conteúdos postos e pressupostos, e a pressuposição intertextual, a presença de conteúdos estranhos à responsabilidade do locutor (CAREL, 2011, p. 35).

#### 4.2 A relação pressuposto argumentativo/pressuposto co-significado

Bem recentemente, Carel (2016) vem atualizando o fenômeno significante da pressuposição estabelecendo duas categorias de pressuposição que absorvem as anteriores e as potencializam: *a pressuposição argumentativa* e *a pressuposição co-significada*.

A pressuposição argumentativa é basicamente a mesma anteriormente trabalhada, a pressuposição semântica, o que desobriga a repetição da sua exposição. Como vimos, as pressuposições argumentativas são “os pressupostos argumentativamente religados ao seu posto no interior de encadeamentos argumentativos do tipo [pressuposto DC posto] ou [pressuposto PT posto]”<sup>9</sup> (CAREL, 2016, p. 3, tradução nossa). Sua particularidade é que “[...] constituem unidades de sentido semanticamente indecomponíveis, de modo que os pressupostos argumentativos aparecem como indissociáveis dos postos argumentativos que lhes completam”.

A única novidade é que agora, em uma atualização mais recente, sua existência nunca será isolada: a pressuposição argumentativa e a pressuposição co-significada pertencem a um mesmo fenômeno semântico chamado pressuposição. Agora, o que Carel apresenta é um alargamento da noção de pressuposição, possível pela co-noção de *pressuposto co-significado*. Uma leitura cuidadosa pode nos levar a concluir a máxima de que toda pressuposição argumentativa pode desdobrar-se em pressuposições co-significadas.

Neste quadro, a novidade é o alcance proposto pela nova noção de pressuposto co-significado (operável em parceria com a noção de pressuposição argumentativa). Se ainda quisermos trazer os estudos iniciais da pressuposição dos anos 80 para confrontar com esta reelaboração atual, podemos dizer que, de alguma forma, a noção de subentendido é recuperada pela noção de pressuposição co-significada (no que tange à materialidade implícita do subentendido, mas não no que tange à sua liberdade pouco formalizada). Atualmente, a expressão técnica subentendido foi abandonada, mas seu funcionamento é perceptível nos trabalhos de pressuposição co-significada, agora melhor formalizado e melhor observável que na fase anterior, onde o subentendido era tarefa “livre” do intérprete, onde o subentendido era objeto para “ser decifrado pelo destinatário” (DUCROT, 1987, p. 41). Agora, mantidas a necessidades de interpretação de locutor, este implícito é recuperado, mas por vias de procedimentos que lhe dão melhor localização de sua constituição enunciativa ou frástica. Dizemos que o subentendido ficou melhor observável quanto ao seu caráter implícito oriundo de uma necessária co-significação. E não apenas isto.

---

<sup>9</sup> Para notação técnica, a autora (CAREL, 2016, p. 6) nomeia dois tipos de **pressupostos argumentativos**: *pressupostos normativos* [pressuposto DC posto]; e *pressupostos transgressivos* [pressuposto PT posto]. E não há divisão para os pressupostos co-significados.

Antes mesmo de apresentar a performance da pressuposição co-significada, é pertinente dizer que o refinamento desta nova ideia de apreender a pressuposição de modo expansivo possibilita movimentos analíticos que lembram (re)pete-se, lembram) procedimentos de teorias mais pragmáticas, mais interdisciplinares, como as teorias de bases materialistas, históricas e textuais, como veremos, ao (re)criticar (ou apresentar mais claramente, e com método) o Estruturalismo da Semântica Argumentativa, não por vias delimitativas, mas por vias expansivas, assim: “os termos do léxico possuem a propriedade não somente de significar, mas de co-significar” (CAREL, 2016, p. 11, tradução nossa).

Uma *pressuposição co-significada* investiga o fenômeno semântico da pressuposição por vias de dois procedimentos próprios para operar a pressuposição: *primeiro plano e segundo plano*<sup>10</sup>. Por exemplo, retomemos o enunciado:

12. “Uma das mãos estava estendida, aparentemente para me deter, mas eu escapei, e apressei-me para as escadas”.

Cuja paráfrase é: *Frankenstein foi prudente*.

Temos em primeiro plano o pressuposto argumentativo: [PERIGO DC PRECAUÇÃO];

Temos em segundo plano o pressuposto co-significado: [PRECAUÇÃO DC SEGURANÇA].

Aqui, *Frankenstein estava em perigo portanto foi prudente* co-significa *Frankenstein foi prudente, portanto não houve problema*. Mesmo que a prudência do doutor não fosse suficiente, suponhamos (que fosse transgressivamente: *Frankenstein foi prudente, no entanto houve problema*), mesmo assim a significação de “perigo – precaução” co-significa com a significação “segurança”, afinal, [tomar precauções devido ao perigo] relaciona-se semanticamente com [segurança]. Nesta análise, a pressuposição argumentativa apresenta um único conteúdo interdependente: [perigo – precaução]; e desdobra-se na pressuposição co-significada, que constitui um conteúdo independente da pressuposição argumentativa: [perigo – precaução] e [segurança], como na pressuposição intertextual.

E o que difere a pressuposição intertextual da pressuposição co-significada, se as duas vislumbram dois aspectos distintos, [pressuposto] e [posto]? O fato de que a primeira tinha uma existência autônoma do pressuposto lexical (dito semântico), e a pressuposição co-significada, como indicada no próprio nome, possui uma existência sempre em parceria com a pressuposição argumentativa.

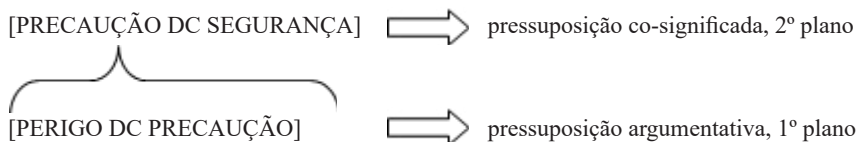
No mais, tais pressuposições sobrevivem tanto às negações (*Frankenstein estava em perigo no entanto não foi prudente*; e *Frankenstein estava em perigo e foi prudente, no entanto houve problema*) quanto às interrogações (*Frankenstein estava em perigo: ele foi prudente?*; e *Frankenstein estava em perigo e foi prudente: houve problema?*).

Ainda é importante dizer que a novata pressuposição co-significada dá novo patamar técnico às noções de aporte e suporte. Isto é, na pressuposição argumentativa, a pressuposição é representada pelo suporte, no modelo [suporte

---

<sup>10</sup> Do original (CAREL, 2016, p. 8-9): *mis en avant e mis en arrière*.

CONN aporte], ou [pressuposto DC posto]. Já na pressuposição co-significada, é interessante observar que só o “suporte” já contém em si um “aporte-suporte”, deste modo:

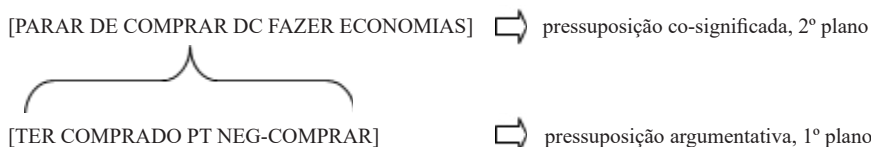


É por isso que o pressuposto argumentativo ilustra um conteúdo único com o seu posto, interdependente, e o pressuposto co-significado ilustra um conteúdo próprio, distinto do conteúdo do seu posto, como explica Carel (2016, p. 18, tradução nossa, grifo nosso):

Os pressupostos argumentativos não possuem conteúdo próprio. Eles constituem, com seus postos, um único encadeamento argumentativo da forma [pressuposto DC posto], ou [pressuposto PT posto], e são, por isso, afirmados pelos seus postos pela ocasião de um só e mesmo dizer. Os pressupostos co-significados possuem, por outro lado, um conteúdo próprio. Eles são, contudo, por sua vez, unidos aos seus postos naquilo que eles constituem, com seus postos, **duas facetas de um mesmo acontecimento**.

Outro exemplo pertinente de Carel (2016, p. 16-17, tradução nossa):

13. *Pedro parou de comprar livros, portanto ele vai fazer economia*, que ilustra:



Percebe-se que a argumentação que está na língua, grande tese da Semântica Argumentativa, ganha, com a metodologia da pressuposição co-significada, uma mobilidade e dinâmica tal que adentra, perscruta e considera espessuras significantes limítrofes, transversais e históricas, que dão um refinamento ao Estruturalismo Enunciativo. Este movimento é o que chamamos de expansão da pressuposição, ou expansão da significação pressuposta que está na língua, um alargamento da percepção dos sentidos/significações via pressuposição co-significada a partir da pressuposição argumentativa.

Para melhor elucidar e explorar esta discussão teórica, retomemos os enunciados acima atualizando-os pelo par pressuposição argumentativa e co-significada:

9. “Incapaz de suportar a aparência do ser que concebi”

Paráfrase: *Frankenstein considera a criatura horrível*.

Pressuposto argumentativo: alguns podem considerar que a criatura não é horrível (como ele mesmo, antes).

Encadeamento: [considerar-a-criatura-horrível-embora-alguns-considerem-o-contrário]



Aspectos:

CONSIDERAR A CRIATURA HORRÍVEL DC REJEITÁ-LA

pressuposição co-significada, 2º plano

[HÁ QUEM CONSIDERE A CRIATURA BELA PT CONSIDERAR A CRIATURA HORRÍVEL]

pressuposição argumentativa, 1º plano

O pressuposto do segundo plano, co-significado, é a atitude enunciativa da qual se desenrola toda a estória: a rejeição da criatura por parte do seu criador. Tecnicamente, a significação de “rejeição” está co-significada, de modo pressuposto, na significação interdependente de “mesmo que haja quem considere tal criatura bela seu criador a considera horrível”.

Em outras palavras, o fenômeno da pressuposição apresenta o seguinte esquema semântico: todo horrendo pressupõe a subjetividade da feiura, de modo indissociável, e todo horrendo pressupõe uma rejeição qualquer, de modo dissociável, assim: o único conteúdo [possibilidades de não-horrendo PT considerar horrendo], como pressuposto argumentativo; e os dois conteúdos [possibilidades de não-horrendo PT considerar horrendo] e [rejeição] como pressuposto co-significado.

14. “o cadáver demoníaco ao qual eu tinha tão miseravelmente dado a vida”

Paráfrase: *Frankenstein deu vida ao cadáver.*

Pressuposto argumentativo: estava morto (já que era um cadáver).

Encadeamento: [foi-dada-vida-ao-cadáver-porque-estava-morto]

Aspectos:

[DAR VIDA A UM CADÁVER DC AVANÇO CIENTÍFICO] pressuposição co-significada, 2º plano

[ESTAR MORTO ANTES PT ESTAR VIVO AGORA]

pressuposição argumentativa, 1º plano

Este enunciado dá unidade semântica à obra toda, de algum modo: ele pontua a estranheza do conteúdo único, pressuposto argumentativamente [morto antes – vivo agora], com o conteúdo isolado, pressuposto co-significadamente: [avanço científico], bem como outros conteúdos co-significados, como o conteúdo [consequências] deste sucesso de experiência.

Em suma, de ora em diante, falar em pressuposição na TBS é falar em uma possibilidade de vislumbrar, na língua, verdadeiros arquivos semânticos. Exemplos: (15) “atirei-me” – Pressuposto argumentativo, 1º plano: [PODER SE MEXER, E RÁPIDO DC ATIRAR-SE]; Pressuposto co-significado, 2º plano: [ATIRAR-SE DC PODER SE MACHUCAR], (16) “meus aposentos” – Pressuposto argumentativo, 1º plano: [HÁ UM QUARTO DC INDICAR QUE POSSUI O QUARTO], Pressuposto co-significado, 2º plano: [INDICAR A POSSE

DO QUARTO DC MOSTRAR-SE HOMEM DE POSSES]. Como explica Carel (2016, p. 9, tradução nossa):

Cada conteúdo em segundo plano no sentido de um enunciado é, para mim, reagrupado em um conteúdo em primeiro plano, à sua maneira, onde as diversas facetas de uma palavra, seus diversos traços, são reagrupados no interior de sua significação. Eu direi que o conteúdo em segundo plano e o conteúdo em primeiro plano, do qual ele é o satélite, são ‘co-significados’ pelo segmento que lhes exprime, e eu qualificarei o conteúdo em segundo plano de pressuposto co-significado.

É ainda produtivo trazer para esta discussão a particularidade de uma dinâmica histórica, que Carel dá ao pressuposto co-significado, quando, por exemplo, analisa os pressupostos da palavra *guerra*, de um poema. Na ocasião, Carel (2016b, p. 9, tradução nossa) marcou que “o nome guerra co-significa vários esquemas argumentativos”, como as significâncias em segundo plano: “barbárie” [PRECIOSO PT DESTRUIR], e “combate defensivo” [ESTAR AMEAÇADO DC BATALHAR]; e as em primeiro plano: “vitória” [BATALHAR DC IMPEDIR] e “derrota” [BATALHAR PT NEG-IMPEDIR]. “Esta presença comum na significação de *guerra* não advém de uma coerência direta que haveria entre estes elementos. A sua reunião total no interior da significação de *guerra* é uma propriedade do termo guerra, nele mesmo” (CAREL, 2016, p. 11, tradução nossa).

Ademais, a autora alarga ainda o fenômeno da pressuposição de *guerra* ao propor, interessantemente, o pressuposto co-significado em segundo plano do recorte de um evento particular no sumário significante/significável da história da guerra: [Eu batalhei PT a Alemanha não recuou], que contextualiza o poema. Característica já possível pela noção anterior da pressuposição intertextual, pois as marcas estruturais “Charleroi” e a data do poema “1914” remetem a e co-significam um acontecimento histórico específico da guerra, na história: a batalha sangrenta entre Alemanha e França. Contudo, não há marcas no poema sobre a precisão do conteúdo [batalhar PT NEG-a Alemanha recuar]. Não se trata, por isso, de intertextualidade localizável, mas de historicidade recortável, não marcada. E por um procedimento menos ancorado na estrutura, e propenso a relações históricas mais livres, é deste modo co-significável.

Mas como este pressuposto co-significado (uma Alemanha que não recua), que não aparece no texto, é trazido para o texto, é nele significado e significável? Esta significância histórica, uma certa anterioridade argumentativa resgatada, revela que o interlocutor (o leitor) de certa estrutura pode auferir a ela certas memórias semânticas enquanto pressuposto co-significante/co-significável. E ainda: a noção de pressuposto co-significado revela, por este exemplo, que pode ser uma noção contextual, e por isso, pode ter o sentido gerenciado pelas atitudes de seus locutores.

## 5. PALAVRAS FINAIS

Como temos dito (MACHADO, 2017), o histórico processual das reformulações da TBS nos últimos anos significa que não se elege novos conceitos:

aprofunda-se e ressignifica-se os antigos. Os estudiosos da pressuposição devem fazê-lo, portanto, enquanto uma noção argumentativa com quase meio século de idade (o que torna incoerente levantar críticas à pressuposição valendo-se apenas da formulação dos anos 70 ou 80, já consideravelmente reelaborada).

Estudar a pressuposição implica ser razoável, para um maior/melhor entendimento deste fenômeno, que o pesquisador se atualize antes em leituras do acervo teórico sobre este saber, preferindo-os aos apuds, além de levar em conta cuidadosa seleção de pesquisadores que mantêm estreitamento de relação com a *École des Hautes Études en Sciences Sociales*<sup>11</sup>. Ademais, esta pesquisa pressuposicional, trabalhada por uma metodologia diacrônica e comparável em três momentos, não esgota o alcance desta mesma noção. Nossa pesquisa, que cumpre uma leitura específica de sentidos teóricos produzidos em cinco décadas, com certeza reclama trabalhos futuros de toda sorte, que nos ajuda a compreender melhor o Estruturalismo Enunciativo.

Em suma, o resultado de cinco décadas de estudos deste fenômeno – ainda sob constante reflexão –, condensadas neste artigo de modo bem sucinto, conduz-nos à conclusão atual de que o método estruturalista da Semântica Argumentativa interpreta o fenômeno da pressuposição por expansão, através de mobilizações do pressuposto argumentativo e do pressuposto co-significado, formalizados por aspectos em DC e PT. Como bem elucida Ducrot ao metadescrever seu estruturalismo ampliativo: “Sempre há uma multiplicidade de interpretações possíveis. [...] Os conceitos que nós desenvolvemos devem abrir à interpretação, e não fechá-la” (DUCROT, 2013, p. 19, tradução nossa).

Sou grato às entidades **CAPES-PDSE**, **FAPEMIG**, **SRE-MG** e **PAEx-UEMG** pelo financiamento de minhas estadias em Paris, França, na *École des Hautes Études en Sciences Sociales* – EHESS, sem as quais esta pesquisa não aconteceria.

---

## REFERÊNCIAS

- BALLY, C.; SECHEHAYE, A. *Cours de Linguistique Générale*. Payot: Paris, 1985.
- CAREL, M. *L'entrelacement argumentatif*: lexicque, discours et blocs sémantiques. Paris : Honoré Champion, 2011.
- CAREL, M. Introduction. In : CAREL, Marion. *Argumentation et Polyphonie* : de Saint-Augustin à Robet-Grillet. Paris : Harmattan, 2012.
- CAREL, M. *Tu seras un homme*. Un prologement de la doxa : le paradoxe. Inédito, 2013.
- CAREL, M. *Argumentation et temporalité*: l'exemple de *quand*. Inédito. Paris : Inalco, 2014.

---

<sup>11</sup> Recomendamos, neste ensejo, a leitura dos excelentes trabalhos dos pesquisadores: Leci Borges Barbisan, Tânia Maris de Azevedo (no Brasil), Alfredo Lescano (na França) e Kohei Kida (no Japão), dentre outros.

- CAREL, M. *Présupposition et organisation du sens*. Inédito. Paris, 2016.
- CAREL, Marion ; DUCROT, Oswald. Le problème du paradoxe dans une sémantique argumentative. In : *Langue Française*. V. 123. Paris : Persée, 1999, p. 6-26.
- CAREL, Marion ; DUCROT, Oswald. *La semántica argumentativa: una introducción a la teoría de los bloques semánticos*. Buenos Aires: Colihue, 2005.
- CAREL, Marion ; DUCROT, Oswald. *Temporalité, Argumentation et Récit: la théorie des blocs sémantiques*. Inédito. Paris : École des Hautes Études en Sciences Sociales, 2014a.
- CAREL, Marion ; DUCROT, Oswald. Pour une analyse argumentative globale du sens. In : *Arena Romanistica*. Bergen: University of Bergen. V. 1, 2014b, p. 72 – 89.
- DUCROT, Oswald. *Qu'est-ce que le structuralisme? Le Structuralisme en linguistique*. Paris : Éditions du Seuil, 1968.
- DUCROT, Oswald. *Dire et ne pas dire*. Principes de sémantique linguistique. Paris: Hermann, 1972.
- DUCROT, Oswald. *La preuve et le dire: langage et logique*. Paris : Maison Mame, 1973.
- DUCROT, Oswald. *Les mots du discours*. Paris: Les Éditions de minuit, 1980a.
- DUCROT, Oswald. *Les échelles argumentatives*. Paris: Les Éditions de minuit, 1980b.
- DUCROT, Oswald. *Le dire et le dit*. Paris: Les Éditions de minuit, 1984a.
- DUCROT, Oswald. Enunciação. In: ROMANO, Ruggiero. *Enciclopédia Einaudi*. Lisboa: IN-CM, 1984b, p. 368 – 476.
- DUCROT, Oswald. *O dizer e o dito*. Revisão técnica da tradução: Eduardo Guimarães. Campinas: Pontes, 1987.
- DUCROT, Oswald. *Logique, Structure, énonciation*. Paris : Les Éditions de minuit, 1989.
- DUCROT, Oswald. *Os internalizadores*. In: *Letras de Hoje*. v. 37, No 3: PUCRS, 2002, p. 7 – 26.
- DUCROT, Oswald. Argumentação retórica e argumentação linguística. In: *Letras de Hoje*. v. 44, Porto Alegre: PUCRS, 2009, p. 20 – 25.
- DUCROT, Oswald. *Les risques du discours: Rencontres avec Oswald Ducrot*. Paris : Éditions Lambert-Lucas, 2013.
- MACHADO, J. C. *O paradoxo a partir da Teoria dos Blocos semânticos: língua, dicionário e história*. 373f. Tese (Doutorado em Linguística) - Centro de Educação e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Linguística/Universidade Federal de São Carlos – PPGL/UFSCar, São Carlos-SP, 2015.
- MACHADO, J. C. A Teoria dos Blocos Semânticos em revisão. In: UFMG, *Revista de Estudos da Linguagem - RELIN*, Belo Horizonte, v. 25, n. 4, p. 1935-1964, 2017.

SILVA, Adilson Ventura da. *A poesia em Ducrot*. Dissertação de Mestrado. Campinas: Unicamp, 2006.

Recebido: 4/07/2018  
Aceito: 12/12/2019  
Publicado: 19/02/2019